

---

**Excelentíssimo Ministro FULANO DE TAL**

HC XXXXXXX

A **Defensoria Pública do Distrito Federal** nos autos do *habeas corpus* acima epigrafado, impetrado em favor de **FULANO DE TAL**, vem, com fulcro no artigo 39 da Lei 8.038/90 e no artigo 994, inciso III, artigo 1.003, §5º, e 1.021, do Código de Processo Civil e no artigo 258 do Regimento Interno do STJ (RISTJ), interpor **Agravo Regimental** em face da decisão monocrática, pelos fundamentos a seguir expostos.

**01.** Foi impetrado *habeas corpus* em face de acórdão do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios, que negou provimento ao recurso de agravo em execução em que a Defensoria Pública do Distrito Federal pleiteava ao Juízo de execução o afastamento da majorante do inciso I do §2º do artigo 157 do Código Penal. A decisão agravada denegou a ordem.

**02.** Com efeito, apesar de reconhecer que a Lei 13.654/18 se consubstanciava em uma *novatio legis in melius*, afastando o uso de arma branca como causa de aumento de pena, o acórdão impugnado decidiu refazer a dosimetria invertendo a circunstância judicial (concurso de pessoas) com a causa de aumento (arma branca), para manter a pena no mesmo patamar.

**03.** No caso, trata-se de uma lei nova que é mais

---

benéfica ao paciente, devendo apenas ser extirpado de sua condenação o cálculo relativo à terceira fase da dosimetria, que impôs uma causa de aumento em razão do uso de arma branca, sendo que o artigo 66, inciso I da Lei 7.210/84 impõe ao Juízo de execução aplicar aos casos julgados lei posterior que de qualquer modo favorecer o condenado.

**04.** A sentença condenatória não valorou o uso de arma branca na primeira fase da dosimetria e tampouco optou pela causa de aumento em razão do concurso de pessoas. A inversão realizada pelo Juízo da execução penal e mantida pelo acórdão impugnado é ilegal, porquanto além de um simples cálculo aritmético, a dosimetria deve descrever a efetiva valoração da conduta do paciente, o que já se operou em uma sentença condenatória transitada em julgado.

**05.** A decisão agravada não enfrentou o tema no âmbito da execução da pena em razão do trânsito em julgado.

**06.** Qual seja, não cabe ao Juízo de execução penal modificar título condenatório transitado em julgado para fazer prevalecer o seu juízo particular de censura em detrimento daquele juízo que foi apurado no devido processo legal de conhecimento. O excesso é patente e na mesma medida da ofensa ao artigo 185 da Lei 7.210/84.

**07.** O acórdão impugnado que endossou a nova dosimetria pelo Juízo de execução de pena, afronta também o princípio da intangibilidade da coisa julgada, protegida pelo artigo 5º, XXXVI, da Constituição Federal.

**08.** Ademais, diante de lei posterior mais benéfica, em recurso exclusivo da defesa visando a sua aplicação, permitir a inversão de circunstância valorada para a fixação da pena-base,

---

evidentemente menor (sob o aspecto quantitativo da pena) do que uma causa de aumento de pena na terceira fase da dosimetria, ofende igualmente o princípio do *ne reformatio in pejus* previsto pelo artigo 617 do CPP.

**09.** Se o concurso de agentes foi devidamente valorado na primeira fase da dosimetria, não se torna viável, por razões exclusivamente utilitaristas, com o objetivo de justificar uma maior sanção, a sua inversão para a terceira fase. Esvaziar o conteúdo de uma lei mais benéfica, em razão de inconformismo com a mutação legislativa, socorrendo-se de um arriscado esforço exegético, diante de um pedido exclusivo da defesa, esbarra na proibição do *ne reformatio in pejus* e contraria também o mencionado artigo 66, I e se consubstancia em excesso de execução, vedado pelo artigo 185 da LEP.

**10.** No âmbito do Superior Tribunal de Justiça, o Ministro Felix Fisher, analisando caso idêntico, decidiu no HC 497.875/DF, DJe de 27/06/19 que:

*Conforme se apreende da leitura acima, embora se concorde que compete ao d. Juízo da Execução aplicar a lei penal posterior mais benigna (na hipótese, de abolitio criminis), o caso concreto, bem verdade, consiste na aplicação desta norma somada a uma verdadeira ginástica dosimétrica para que a pena do paciente, ao final, restasse intacta.*

*Como bem pontuado pelo d. Ministério Público Federal, além de a reforma na dosimetria ter se dado **após o trânsito em julgado, aconteceu de forma mais ampla do que o pedido (quando nem se tratava de recurso de apelação com efeito devolutivo amplo) e ainda em recurso exclusivo da d. Defesa (o***

---

**que encontra obstáculo na non reformatio in pejus).**

***Diante disso, deve-se reconhecer a ofensa à coisa julgada e o excesso de execução (fl. 559): "Ocorre que esse posicionamento, relacionado à possibilidade de alteração dos fundamentos da sentença condenatória para se justificar a dosimetria imposta, mesmo que em recurso interposto apenas pela defesa, não se aplica quando o juízo acerca da aplicação da novatio legis em benefício do réu recair sobre o juízo da execução, pois, nessa fase processual, não mais será possível adentrar nos limites fixados na sentença condenatória, sob pena de incorrer em ofensa à coisa julgada e em excesso de execução".***

*Nesse contexto, também em razão da aplicação do princípio da proporcionalidade, não se mostra adequado manter a pena em mesmo patamar quando decotada fundamentação antes utilizada para exasperá-la. Exemplificativamente: "A majoração da pena-base não se vincula a critério aritmético. Todavia, o Direito deve pautar-se pelo princípio da proporcionalidade e, também, pelo elementar senso de justiça. Cabível, portanto, o correspondente decote pela exclusão de duas circunstâncias judiciais desfavoráveis" (HC 234.428/MS, Quinta Turma, Rel. Min. Laurita Vaz, DJe 10/04/2014).*

*(...)*

*Ante todo o exposto, não conheço do habeas corpus. Concedo a ordem, de ofício, para que o d. Juízo da Execução reanálise as dosimetrias do paciente referentes a condenações por roubo e, quando do eventual afastamento da causa de aumento pelo uso de arma branca, tão somente*

---

*proceda ao decote correspondente, nos termos desta decisão. Recomenda-se celeridade.*

**11.** Deste modo, a inversão de causa de aumento de pena com circunstância judicial na fase do artigo 66, I da LEP, diante de uma lei mais benéfica, revela ofensa à coisa julgada e se constitui em excesso de execução penal (art. 185 da LEP).

**12.** No mesmo sentido, o Supremo Tribunal Federal, no julgamento do RHC 136.346, da relatoria do Min. Gilmar Mendes, DJe de 08/11/2016, decidiu sobre a *reformatio in pejus* qualitativa que:

*Recurso ordinário em habeas corpus. 2. Tráfico ilícito de drogas (art. 33, caput, da Lei 11.343/2006). 3. Apelação exclusiva da defesa. Dosimetria da pena. Configuração de reformatio in pejus, nos termos do art. 617 do CPP. A pena fixada não é o único efeito que baliza a condenação, devendo ser consideradas outras circunstâncias, além da quantidade final de pena imposta, para verificação de existência de reformatio in pejus. Exame qualitativo. 4. **O reconhecimento de circunstâncias desfavoráveis não previstas na sentença gera reformatio in pejus, ainda que a pena definitiva seja igual ou inferior à anteriormente fixada. Interpretação sistemática do art. 617 do CPP.***

**13.** Ainda no Supremo Tribunal Federal, ao decidir no HC 130.924, da relatoria do Min. Marco Aurélio, DJe de 22,09/2017, abordando o tema da *reformatio in pejus* além da perspectiva quantitativa decidiu:

*RECURSO - CIRCUNSTÂNCIAS JUDICIAIS - AFASTAMENTO - CONSEQUÊNCIA. Sendo afastadas, no julgamento do recurso da defesa,*

---

*as circunstâncias judiciais que serviram ao aumento, pelo Juízo, da pena-base, cumpre fixá-la no mínimo previsto para o tipo, mostrando-se reforma prejudicial ao recorrente a tomada de empréstimo de circunstância não referida na sentença, pouco importando que, no resultado final, em termos de sanção, tenha-se ficado em patamar inferior ao estipulado pelo Juízo. PENA - REGIME DE CUMPRIMENTO - CIRCUNSTÂNCIAS JUDICIAIS FAVORÁVEIS AO ACUSADO. Uma vez favoráveis as circunstâncias judiciais ao acusado, ficando-se, em termos de pena-base, no mínimo previsto para o tipo, considerado o patamar fixado no artigo 33 do Código Penal, cumpre observar o regime menos gravoso.*

**14.** Portanto, mesmo que a pena permaneça igual com a nova operação dosimétrica, ainda assim há afronta ao artigo 617 do CPP.

**15.** O entendimento adotado pelo acórdão impugnado produz efeitos atuais e nefastos em relação à execução da pena pelo paciente.

**16.** Neste sentido, não há razão para negar-se conhecimento ao *writ*, devendo a ordem ser concedida, tendo em vista os precedentes invocados.

Ante o exposto, requer-se a **reconsideração** da decisão agravada, com o conhecimento do *writ*, ou, subsidiariamente, o julgamento do presente agravo regimental e a análise do mérito pela Quinta Turma do Superior Tribunal de Justiça a fim de que seja conhecido o *writ* e concedida a ordem pleiteada.

XXXXXXX, Xº de XXXXX de XXXX.

---

**FULANO DE TAL**  
**Defensor Público**